



Miguel Poiares Maduro

Ministro Adjunto e do Desenvolvimento Regional

*Comissão de Ética, Cidadania e Comunicação*

Assembleia da República

Lisboa, 22 de abril de 2014



Senhoras e Senhores Deputados,

Início a minha intervenção atualizando os senhores deputados sobre a profunda reforma em curso na RTP que tem um dos seus pilares mais importantes nas propostas de lei que se encontram atualmente em discussão nesta Comissão.

A reforma da RTP não se esgota, no entanto, nessas propostas. Tudo aquilo que defini como fundamental para o futuro do serviço público de rádio e televisão está a avançar. As várias dimensões dessa reforma estão hoje concretizadas ou em processo de concretização: o modelo de governo, o modelo de financiamento, o novo contrato de concessão, o futuro do centro de produção do norte e dos centros regionais dos Açores e da Madeira. Irei hoje, não apenas apresentar brevemente o novo modelo previsto para os centros regionais, mas também exemplificar como algumas destas reformas estão já a ser implementadas.

Não teremos, imediatamente, o serviço público de rádio e televisão que corresponda ao que todos desejamos. As reformas mais eficazes são aqueles que se refletem na cultura de uma instituição e isso não se consegue da noite para o dia. Nunca teremos um serviço público de rádio e televisão que mereça o acordo de todos. Mas temos de ter um serviço público de rádio e televisão em que todos se possam reconhecer. Acredito que é esta a reforma que nos pode aproximar desse objectivo.



Essa reforma tem no novo contrato de concessão do serviço público de rádio e televisão um dos seus elementos estruturantes. Agora, a sua entrada em vigor depende apenas da aprovação, por esta Assembleia, das alterações à lei da rádio, lei da televisão e dos novos estatutos da RTP. Permito-me recordar que o novo contrato de concessão identifica uma orientação estratégica clara para o serviço público de rádio e televisão, que o diferencia dos atores privados no mercado, mas interage com eles.

Pretendemos, em concreto, uma RTP que seja um regulador da qualidade no mercado, um dinamizador do mercado audiovisual independente e um promotor económico e cultural de Portugal no mundo. Uma RTP sustentável, moderna, em suma, uma RTP preparada para o futuro.

Não esperamos, no entanto, pela entrada em vigor do novo contrato de concessão para avançar por muitos dos caminhos que ele traça.

Prometi que um dos serviços de programas da RTP teria o seu centro de decisão sediado no Centro de Produção do Norte (CPN), com vista a descentralizar e potenciar a criação de massa crítica fora da capital, numa lógica de aproximação à pluralidade do país e de diversidade dos centros de decisão e de criativos da RTP.

O segundo canal da RTP foi o canal escolhido para concretizar esse objetivo. Neste momento, a RTP 2 é dirigida, efetivamente, a partir do Centro de Produção do Norte.



Defendi, também - e isso figura explicitamente no novo contrato de concessão - que a RTP deve constituir e manter um núcleo de criatividade para o desenvolvimento de novas ideias e formatos audiovisuais, com vista a estimular a indústria de produção criativa audiovisual independente.

Para atingir este objectivo, a RTP deu já dois passos importantes. Por um lado, está em curso a criação de um ecossistema de indústrias criativas e de inovação tecnológica no sector dos Media/audiovisual, também alojado no Centro de Produção do Norte; por outro, e porque o estímulo à indústria de produção audiovisual independente tem de ser feito de uma forma transparente e numa lógica aberta e não discriminatória, a RTP já divulgou publicamente os termos da consulta ao mercado para a seleção de conteúdos a apoiar.

A partir de agora, e em linha com o novo contrato de concessão, a RTP passa a fazer duas consultas anuais ao mercado, em que identifica as áreas e critérios de seleção. A amplitude da consulta tornada pública há poucos dias é bem demonstrativa do novo impulso que a RTP vai trazer aos criadores portugueses e à produção audiovisual independente. A transparência com que esta consulta se organiza introduz uma nova forma de relação com o mercado de produção audiovisual, exemplar daquilo que se deve exigir a um serviço público.

Um dos três eixos estratégicos para o serviço público de rádio e televisão que atrás referi é a promoção económica e cultural de Portugal no mundo. Foi nesse quadro que a RTP Internacional apresentou já uma nova imagem e uma nova grelha.



A RTP Internacional tem uma longa experiência de realização da vocação de ligar Portugal às comunidades portuguesas na diáspora. Trata-se agora de acrescentar a essa vocação, uma outra: a de promover a economia e a cultura do país além-fronteiras, alargando os públicos-alvo.

Senhoras e Senhores Deputados,

Como já disse, defendi sempre um serviço público de rádio e televisão mais próximo das populações e mais intensamente ancorado na vida dos territórios. Este é, aliás, um princípio que guia toda a minha ação governativa.

Esse objetivo esteve também presente nas propostas que apresentei recentemente para o futuro dos centros regionais dos Açores e da Madeira. Tal como tinha prometido, apresentei estas propostas, em primeiro lugar, às regiões autónomas.

O modelo proposto pretende juntar as sinergias da RTP com as de uma nova empresa regional audiovisual, a criar em cada região autónoma. Garante-se o objectivo de manter e valorizar o serviço público nas ilhas, mas pretende-se promover a sua melhoria e uma maior participação regional, designadamente através da relação a estabelecer entre o serviço público e empresas regionais de conteúdos audiovisuais.

A criação destas empresas vai permitir os investimentos necessários nos centros regionais, potenciar um maior sentimento de pertença do serviço público regional por parte das populações das ilhas e trazer um ímpeto importante à produção audiovisual regional, quer para efeitos dos serviços de programas regionais, quer para efeitos dos serviços programas nacionais e internacionais.



É importante sublinhar que se assegura a plena autonomia editorial da informação que continuará a ser exclusivamente produzida pelos centros regionais propriedade da RTP, tal como exige a Constituição. Tal como a nível nacional, também aqui quisemos prevenir qualquer risco de suspeita de interferência política.

A minha tutela na área da comunicação social vai para além da RTP. Aproveito a presença nesta Comissão para dar muito sumariamente conta de outra das minhas prioridades de ação, neste domínio. Os *media* enfrentam hoje desafios importantíssimos, relacionados com o desenvolvimento tecnológico e a criação de novas plataformas. Parte deste desafio diz respeito à sustentabilidade do seu modelo financeiro. Mas esta afecta, depois, dimensões fundamentais relativas à qualidade do próprio jornalismo e ao papel dos jornalistas, como editores da democracia.

Estes desafios também trazem consigo oportunidades para os media e as empresas audiovisuais em geral. Em particular, o papel da língua portuguesa como instrumento de acesso a novos mercados facilitado, por sua vez, pelas novas plataformas tecnológicas, oferece às empresas portuguesas de media e audiovisual uma ocasião única que não podem desperdiçar.

Neste contexto, para além dos tradicionais apoios limitados às empresas de comunicação social em Portugal, vamos introduzir uma significativa novidade no âmbito do próximo quadro de apoio de fundos europeus, o Portugal 2020.

Ao contrário do que sucedia no passado, as empresas de comunicação social e audiovisual passam a ser elegíveis para efeitos de obtenção de fundos europeus, designadamente via Programa Operacional Temático da Competitividade e Internacionalização e Programas Operacionais Regionais.



As empresas de media e audiovisual podem concorrer, em particular, a apoios para projetos de inovação tecnológica, formação, capacitação, e apoio à internacionalização. Estarão em condições de igualdade com outras empresas no acesso a esses fundos, num montante global que ultrapassa os seis mil milhões de euros.

Para além desta alteração importantíssima, que configura um profundo alargamento no leque de apoios de que podem beneficiar, quer as empresas de comunicação, quer as empresas do audiovisual, vamos reformar o regime de incentivos, via Orçamento de Estado, atualmente em vigor. Definimos como novos eixos prioritários:

- Apoios à formação e qualificação de jornalistas e profissionais;
- Apoios à colaboração e partilha de recursos;
- Apoios à difusão;
- Apoios ao jornalismo independente;
- Apoios à reconversão tecnológica

Durante o mês de Junho, contamos apresentar as iniciativas legislativas que concretizam este novo regime.

Reputamos como particularmente importante o apoio à migração dos *media* para as novas plataformas, a aposta na formação e qualificação dos jornalistas e o apoio à produção de jornalismo de investigação.

Um sector de comunicação social robusto, tecnologicamente avançado e com profissionais capacitados é um contributo essencial para a melhoria da qualidade da nossa vida democrática.

Muito obrigado.